

Corpo imagem: estereótipos e imagens de controle de mulheres trans e travestis e de homens cis negros

Luciana Aparecida de Miranda¹  Manuela Azevedo Carvalho² 

¹ Faculdades Integradas Olga Mettig – Brasil

² Universidade Estadual de Feira de Santana - Brasil

*Autora de correspondência: lumiranda.prof@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Desigualdades sociais
Homens cis negros
Imagem corporal
Imagem de controle
Travestis e mulheres trans

KEYWORDS:

Black cis men
Body image
Control image
Social inequalities
Transvestites and trans women

PALABRAS-CLAVE:

Desigualdades sociales
Hombres negros cis
Imagen corporal
Imagen de control
Travestis y mujeres trans

RESUMO

A imagem corporal é constituída pela concretude material visual, mas também pela representação construída e compartilhada no imaginário social coletivo, a partir da significação sociocultural historicamente atribuída aos significantes que a compõem, como a cor da pele e os elementos que denotam gênero, numa perspectiva binária. Este artigo toma o corpo como objeto, para discutir como a imagem e o imaginário social coletivo, alimentados por elaborações e representações socioculturais acerca de imagens corporais visuais e conceituais, atravessam as relações sociais de travestis e mulheres trans e de homens cis negros. Nas análises, o conceito de "imagem de controle" (COLLINS, 2019) foi a ferramenta teórico-metodológica fundamental para compreender como são atribuídas, a suas imagens visuais corporais e a suas representações, significações socioculturais, que remetem esses sujeitos a posições subalternas e, por vezes, à abjeção, legando-os a estereótipos negativos que funcionam para estruturar discriminações nas interações nos mais diversos espaços de sociabilidades e posições subalternizadas na hierarquia das desigualdades sociais, dissimulando condições sociais construídas como naturais e imutáveis.

ABSTRACT

Body image is constituted by visual material concreteness, but also by the representation constructed and shared in the collective social imaginary, based on the socio-cultural significance historically attributed to the signifiers that make it up, such as skin color and the elements that denote gender, from a binary perspective. This text article the body as its object, to discuss how the image and the collective social imaginary, fed by socio-cultural elaborations and representations about visual and conceptual body images, cross the social relations of transvestites and trans women and black cis men. In the analyses, the concept of "control image" (COLLINS, 2019) was the fundamental theoretical-methodological tool for understanding how sociocultural meanings are attributed to their visual body images and their representations, which consign these subjects to subordinate positions and sometimes to abjection, bequeathing them to negative stereotypes that work to structure discrimination in interactions in the most diverse spaces of sociability and subordinate positions in the hierarchy of social inequalities, concealing social conditions constructed as natural and immutable.

RESUMEN

La imagen corporal está constituida por la concreción material visual, pero también por la representación construida y compartida en el imaginario social colectivo, a partir del significado sociocultural atribuido históricamente a los significantes que la componen, como el color de la piel y los elementos que denotan género, desde una perspectiva binaria. Este artículo toma como objeto el cuerpo para discutir cómo la imagen y el imaginario social colectivo, alimentados por elaboraciones y representaciones socioculturales de imágenes visuales y conceptuales del cuerpo, permean las relaciones sociales de travestis y mujeres trans y hombres negros cis. En los análisis, el concepto de "imagen de control" (COLLINS, 2019) fue la herramienta teórico-metodológica fundamental para comprender cómo a sus imágenes y representaciones corporales visuales se les atribuyen significados socioculturales que relegan a estos sujetos a posiciones subalternas y a veces de abyección, legándoles estereotipos negativos que funcionan para estructurar discriminaciones en las interacciones en los más diversos espacios de sociabilidad y posiciones subalternas en la jerarquía de las desigualdades sociales, ocultando condiciones sociales construídas como naturales e inmutables.

SUBMETIDO: 20 de julho de 2024 | **ACEITO:** 23 de julho de 2024 | **PUBLICADO:** 31 de agosto de 2024

© ODEERE 2024. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

1 Introdução

O imaginário social coletivo construído sobre os sujeitos que compõem grupos sociais marginalizados é imbuído de um conjunto de definições socioculturais, que se baseiam fortemente, entre outros elementos, na imagem de seus corpos e no que ela representa. Essa imagem é composta por signos estéticos que forjam certa aparência pela composição corporal e, especialmente, pelo que elas representam e pelo que representam seu modo de se vestir e de se portar. Ou seja, unem imagem física e mental e os significados construídos sobre elas.

Para Martine Joly (2012, p. 13), “imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece” e a representação parte de uma elaboração psicológica e sociológica do que se está a inferir sobre algo ou alguém. A autora compreende, ainda, que a construção e representação sobre a imagem de alguém se vale da associação mental sistemática que identifica a pessoa e a atribuição de “qualidades socioculturalmente elaboradas” (JOLY, 2012, p. 22). Isto é, os signos compõem-se de valores elaborados socialmente de acordo com as culturas, produzidos e reproduzidos historicamente em seu seio e entre seus representantes.

Essa definição de Joly corrobora o que Gilbert Durand (1999) afirma sobre a intrínseca “faculdade de simbolização” presente no imaginário e sobre a importância desse imaginário na construção da representação. Para o autor, as articulações simbólicas que compõem a representação se processam no espaço do imaginário no pensamento humano e “todo pensamento humano é uma representação” (DURAND, 1999, p. 41).

No jogo das simbolizações e formação de significações e sentidos acerca de tais corpos, a representação da aparência daquela imagem visual, estética, é, então, construída a partir de estereótipos, que indicam um modo de ser, de agir e reagir e de se relacionar. Mas não somente a imagem visual é capaz de fomentar esse tipo de representação. A reflexão de Umberto Eco (2017) sobre a existência do signo mesmo sem referente material auxilia a compreender o que mais interage nessa construção. Como afirma Eco (2017), mesmo que aquela imagem visual não seja necessariamente existente em referência a um dado corpo material, ainda é possível compreender seu sentido, associar significante e significado e construir uma imagem mental sobre ele e, assim, também uma representação sociocultural.

Ao tratar sobre o corpo como imagem, admite-se, então, não somente a imagem visual, que é o referente imediato, mas um sentido mais amplo de “imagem mental” enquanto uma representação virtual (imagem conceito), a partir das quais se tem a representação sociocultural construída e compartilhada no seio de uma cultura entre seus representantes, acerca daquele corpo, que pode ser efetivamente a imagem visual corporal, mas também o conceito do corpo e não somente estático, mas em movimento.

Assume-se, assim, que as impressões estéticas, que habitam o imaginário, remetem aos estereótipos a partir da imagem visual do corpo ou do seu conceito, com o auxílio das ações e dos comportamentos dos sujeitos (corpo em movimento), que funcionam como a confirmação ou negação desses estereótipos, a partir de quem os atribui, ainda que os sentidos criados para os comportamentos e ações sejam também produtos da significação sociocultural. Isso faz com que toda a construção social que envolve a formação dos estereótipos sobre aquele dado corpo e as próprias impressões estéticas de quem o lê fiquem encobertas pela noção de naturalidade que aquela imagem corporal (visual ou conceitual) remetida a um grupo social possui. Em suma, a estrutura de criação dos estereótipos enreda o ser e grupo estereotipados numa teia em que, uma vez criado, só podem ser confirmados.

Como pontua Mara Vigoya (2018, p. 104): “com base nos estereótipos, presumimos que já sabemos tudo o que precisamos saber de uma pessoa ou de um grupo, definindo cada unidade que o compõe por seus elementos. Dito de outra forma e para resumir, quando se viu um, já se viu todos”. Essa noção de estereótipo se articula fortemente com processos de hierarquização, que delimitam lugares sociais para os sujeitos com base nas desigualdades construídas a partir dos significantes e significados presentes nos signos associados às imagens desses sujeitos. Para Leila Salles, Joyce Silva e Débora Fonseca (2014, p. 14), é importante compreender o estereótipo, pois ele constituiria uma das formas de promover exclusão social: “a exclusão social não se refere a um fenômeno puramente econômico, na medida em que envolve formas de dominação sustentadas por relações de poder e por exclusões simbólicas, como estigmas e estereótipos”.

Quando esses estereótipos se articulam e passam a representar um modo de ser, de existir, de viver de um grupo, deixam de apenas representar e passam a estruturar as relações entre sujeitos a que eles são atribuídos e os espaços sociais em que circulam, e, inclusive, nos quais não são legitimados a circular, criando um sistema de significação que se imporá mesmo quando seus corpos não estiverem fisicamente presentes. Sua existência virtual e o imaginário social coletivo atribuirão a eles papéis e posições sociais imaginados na estrutura criada e sustentada pela teia de estereótipos e relações de poder que os mecanismos de hierarquização social engendram. O conjunto de estereótipos e as formas de articulação dele com as dinâmicas de vida dos sujeitos, nas interações que estabelecem, podem formar “imagens de controle” (COLLINS, 2019) sobre um grupo social.

O conceito de “imagem de controle”, criado por Patrícia Hill Collins (2019), pode ser articulado a essa noção de representação sociocultural a partir da imagem visual do corpo, mas também do conceito de corpo e sujeito criado a partir dela. Collins, mostra um sistema de dominação formulado para controlar a construção e a percepção social de mulheres negras¹ e ajuda a refletir sobre essa estruturação. A autora dedicou-se a classificar, definir e mostrar uma série de imagens de controle construídas a partir de estereótipos criados sobre essas mulheres, que fortalecem o que denominou de “matriz de dominação”, ao destrinchar os mecanismos e elementos que alicerçam a dominação social. As imagens de controle associadas a mulheres negras as remetem a sujeitos inferiores e menos humanos. Para Collins (2019, p. 136), “essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana”.

O sistema de dominação construído é realimentado a partir da noção de naturalização a que condições de vida potencialmente produzidas no seio de condições sociais se reproduzem. Nesse processo de construção e perpetuação de imagens de controle é fundamental que não somente níveis hierárquicos mais bem posicionados exerçam a opressão, mas que pares tratem de corroborar esse

¹ Collins não especifica o conceito a partir da experiência de mulheres negras cis ou trans. Por isso, optamos por não as especificar, embora tenhamos a crença de que, por ser a norma na linguagem, ela esteja se referindo a mulheres cis, tendo que, ao falar sobre pessoas trans a norma seja especificar este grupo, e não o grupo cisgênero.

pensamento. Assim, as imagens de controle, alicerçando a produção e reprodução de desigualdades, produzem efeitos não somente em nível hierárquico a partir de outros grupos em vantagem, mas introjetam-se no cotidiano no interior dos grupos de pares.

Neste artigo, admite-se que este conceito pode ser mobilizado para compreender a formação de hierarquias que subalternizam mulheres trans e travestis e homem cis negros². O principal ponto em comum entre o grupo das mulheres trans e travestis e dos homens cis negros é que eles têm sobre si o peso do conjunto de estereótipos, que enredam suas trajetórias de vida e os põem em posições subordinadas, ao produzirem efeitos concretos no dia a dia. Ambos os grupos são lidos socialmente a partir de representações negativas construídas em um imaginário coletivo. A partir do estabelecimento de uma estrutura de “imagens de controle” desvantajosas para esses sujeitos, eles são situados em determinadas posições, engendradas em estereótipos, que influenciam as experiências cotidianas e as projeções sob as quais essas imagens se circunscrevem, muitas vezes, fazendo com que também introjetem essas imagens de controle sobre si.

Nas páginas que se seguem, o que se pretendeu foi, a partir da noção de corpo como imagem, discutir como a imagem visual e conceitual dos sujeitos desses grupos sociais podem ser tomadas como representação de signos de inferiorização a partir da associação simbólica de construções socioculturais difundidas e compartilhadas em uma espécie de imaginário coletivo, constituído por conjuntos de estereótipos que formam imagens de controle e fortalecem o sistema de dominação, a fim de engessar suas posições sociais.

Embora Collins (2019) trate em seus estudos especificamente de mulheres cis negras norte-americanas, o conceito desenvolvido por ela pode ser aplicado a qualquer grupo que experimente a opressão, a partir do entendimento de uma gramática de opressão. Como afirma José Rodriguez (2020, p. 13), a autora “formulou um modelo abstrato de crítica interdisciplinar aplicável a toda e

² Os homens trans negros não estão aqui considerados, pois suas masculinidades se configuram de formas diferentes das dos homens cis negros, mesmo havendo configurações de práticas assemelhadas e negociações entre elas. Os homens trans negros constituem-se, assim, como outro grupo social, que não foi contemplado no limite deste artigo.

qualquer experiência de opressão, mesmo que tenha sido construído a partir da experiência das mulheres negras dos Estados Unidos da América”.

A discussão pretendida abarca, então, ambos os grupos, das mulheres trans e travestis e de homens cis negros, quanto a sua representação corporal e a construção e efeitos das “imagens de controle” sobre eles. Para tal, o conceito formulado por Collins foi a ferramenta teórico-metodológica mobilizada para analisar os dois grupos sociais a partir de suas posições de desvantagem nas esferas sociais.

O texto foi dividido em quatro seções: esta introdução, com a problematização e exposição da proposta, duas seções de desenvolvimento, uma em que o foco são as travestis e mulheres trans, outra, em que o foco são os homens cis negros, ambas analisando as imagens de controle construídas a partir de sua imagem visual e conceitual que pesam sobre o grupo e a relação de desvantagens que ela instaura nessas esferas sociais para os sujeitos, e a última, as considerações finais, em que são traçadas as convergências entre os grupos e os efeitos das imagens de controle sobre eles.

2 A abjeção dos corpos de mulheres trans e travestis

Os estereótipos criados a partir do corpo das travestis e mulheres trans são quase sempre associados à dimensão sexual. Seus corpos são objetificados e comumente vistos como máquinas de prazer sexual, seja porque elas mesmas seriam sexualmente insaciáveis, seja porque seus corpos serviriam à consumação dos prazeres de outrem.

A utilização do dispositivo da sexualidade como ferramenta do exercício da dominação não é novidade. Foucault (2017, p. 102) analisou como, a partir desse dispositivo, o corpo tornou-se objeto de saber e elemento importante nas relações de poder. Ao traçar uma genealogia do poder, mostrou como ele é exercido, a partir do dispositivo da sexualidade, como um jogo, que é colocado em exercício, não como um objeto em que alguém o porte. Esse exercício se dá “a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”. Para o autor, o poder incide sobre o sexo nas sociedades modernas ocidentais de forma muito mais

complexa do que simplesmente como uma interdição, configura-se como uma “situação estratégica complexa” e é exercido metodicamente.

O exercício do poder, que é produzido e que produz a verdade sobre a sexualidade e o gênero, atua na tentativa de conformar os corpos, impondo a linearidade heterossexual entre o sexo atribuído no nascimento, o gênero e o desejo sexual. As práticas sociais ensinadas e aprendidas visam fazer com que o sujeito registrado em um determinado sexo no nascimento corresponda à expectativa de gênero construída para esse sexo e tenha relacionamentos afetivo-sexuais com sujeitos do sexo imediatamente oposto, tudo de acordo com a lógica binária do dimorfismo sexual, a existência de dois sexos e dois gêneros correspondentes e que se complementam (JUNQUEIRA, 2009).

Corpos que transitam entre os gêneros são corpos que extrapolam a divisão binária instituída cultural e historicamente entre masculino e feminino, instauram fisicamente o borramento das fronteiras e problematizam as normativas de gênero. São eles os compreendidos como mais ameaçadores às normas. São corpos como os de travestis e mulheres trans.

De acordo com Butler (2019), o gênero é nossa primeira referência nas relações sociais, é ele quem primeiro confere inteligibilidade nessas relações, e sua referência está pautada na materialidade dos corpos. Os corpos das travestis e mulheres trans são tomados, então, como “corpos abjetos” (BUTLER, 2010), e, na abjeção, não somente corpo, sexo e gênero são abjetos, mas “é sua própria humanidade que se torna questionada” (BUTLER, 2019, p. 205). Abjetos são corpos em contraposição aos legitimamente classificados e reiterados como “corpos viáveis”.

São corpos que remetem a práticas que ameaçam a hegemonia da divisão binária dos gêneros, posto que não se circunscrevem ao “imperativo heterossexual” (BUTLER, 2010), que limita não apenas o campo do desejo e das práticas sexuais, mas a própria determinação do sexo e de seus discursos e do gênero atribuído ao sexo. Impõem-se, sobre essas expressões de gênero, então, uma série de interdições e são remetidas a elas um sem-número de estereótipos, baseados em representações socioculturais, que contribuem para formar imagens de controle negativas sobre o grupo.

Ser classificada como mulher trans e, sobretudo, como travesti remete a uma representação de “ser de menor valor”. O termo “travesti” nomeava pessoas que borravam as fronteiras de gênero antes do termo “mulher trans” ser criado e adotado (CARVALHO, 2018). O termo “mulher trans” surgiu muito atrelado a concepções médicas e mais “higienizadas”, sendo menos hostilizado socialmente. Enquanto “travesti” continuou carregando uma incisiva semântica pejorativa (CARVALHO, 2022). As travestis são remetidas ainda mais a uma imagem (conceito), um universo de desvantagens sociais (CARVALHO, 2018; CARVALHO, 2022): muito relacionadas à epidemia de HIV/AIDS da década de 1980, pertencentes ou associadas às camadas mais baixas das classes populares e associadas aos comportamentos mais imorais, sobretudo, os relacionados a comportamentos sexuais.

Especialmente em relação a representarem um corpo doente, sobretudo com infecções sexualmente transmissíveis, a história da epidemia de HIV/AIDS oferece elementos para explicar. As travestis foram, à época, no Brasil, o grupo mais estigmatizado. Como afirma Pelúcio (2009, p. 28), “desde seu início a AIDS foi associada ao ‘desvio’ ao ‘desviante’”, embora os boletins epidemiológicos à época não tenham detalhado dados que permitissem demonstrar que este era o público mais acometido.

Entretanto, a autorreferenciação como “travesti” tem sido muito adotada como uma reivindicação política de questionamento das concepções cisgêneras de organização da existência dos gêneros e como forma de problematizar outras existências para as feminilidades (CARVALHO, 2022). Além disso, na adoção do termo há também uma luta pelos direitos da população de profissionais do sexo, às quais as travestis são sempre muito associadas, “independentemente do quanto esta seja uma relação real ou não” (LEITE JÚNIOR, 2011, p. 199). Tal qual defende Sales (2018), a abjeção da travesti compõe-se também da perda de sua subjetividade para a objetificação a partir da imagem de uma profissão marginalizada. Atrelando, então, duas desvantagens: a do corpo abjeto e a de uma profissão também abjeta.

Embora haja diferenças entre a adoção dos termos, o universo de representação sociocultural que as abarca é semelhante, possivelmente com diferenças nas gradações. Os estereótipos vinculados a elas, mulheres trans e

travestis, remetem necessariamente a seus corpos e à dimensão sexual atribuída a eles. São imputados a seus corpos uma erotização demasiada, composição corporal sempre inquirida e aberrante, iminente possibilidade de ação violenta, todo conjunto de doenças, sobretudo de infecções sexualmente transmissíveis, e a miserabilidade como futuro, ainda que curto. Criam-se imagens de controle que funcionam para instaurar uma lógica de objetificação constante a partir da dominação de seus corpos como ininteligíveis, perigosos, imorais e servos dos fetiches sexuais.

Assim, distanciar-se da identificação imediata de um corpo que transiciona ou transicionou também pode distanciar-las, ao menos na circulação pública, dos efeitos que as imagens de controle as impõem. Logo, ainda que a existência travesti e trans questione os limites binários e cisnormativos estabelecidos para a inteligibilidade dos gêneros, muitas vezes buscam que sua imagem corporal se aproxime desses padrões. Entre outros fatores de possibilidade para que assim seus corpos sejam lidos por elas e pelos outros, como “passáveis”, muitas vezes, essa imagem visual é buscada não somente como escolha pessoal estética, mas a fim de evitar muitos dos constrangimentos e das violências operacionalizadas pelas imagens de controle criadas sobre elas.

A “passabilidade de gênero”, a partir de mudanças corporais, ensejadas por cirurgias plásticas, hormonioterapias e, mesmo, alterações vocais, podem ser buscadas como “estratégias de esquiva” (BARRA; GUSMÃO; ARAÚJO, 2020; BORGET; STEFANELLO; SIGNORELLI; SANTOS, 2023) para situações vexatórias. Para Vivian Borget, Sabrina Stefanello, Marcos Signorelli e Deivisson dos Santos (2023, p. 11), a noção de passabilidade “implica uma performatividade de gênero que dispõe de um conjunto de atos regulados e repetidos que asseguram uma imagem de gênero inscrita em uma gramática heteronormativa e cisgênera”. Isso pode facilitar o trânsito dessas mulheres trans e travestis nos mais variados espaços de sociabilidades e nas interações cotidianas, fornecendo um espaço de certo conforto, que a existência “conformada” entre sexo e gênero possui.

Esse corpo travesti e trans, cuja imagem visual bagunça as estruturas cisgêneras de composição corporal biológica e estética, é a todo o tempo interpelado pelas representações coletivas que habitam o imaginário. Ao terem seu corpo, imagem visual, a todo tempo remetido a uma dubiedade corporal, ao

campo da dúvida e da inquietude alheia, são violentadas em sua intimidade e expostas a constrangimentos vários nos espaços de sociabilidades. Essa lógica da indagação acerca de seus corpos, as remete ainda a uma representação aberrante e misteriosa, como se seus corpos precisassem ser escrutinados, para revelar o que de fato se é, tendo muitas vezes sua existência questionada, invalidada. Isso tem forte ligação com a crença historicamente construída e ainda permanente nas noções de binarismo de gênero e de dimorfismo sexual como únicas formas inteligíveis para os corpos.

Ao existirem de modo ininteligível, abjeto, dominadas por excelência, as mulheres trans e travestis, são relegadas ao plano da objetificação, a uma imagem de corpos “voltados para o sexo” e para “satisfazer os desejos alheios”. Elas seriam detentoras de uma fórmula mágica de prazer, embora, muitas vezes, na condição de relações moralmente proibidas e, por isso, escondidas.

Essa imagem as relega, ainda, a uma existência em outros espaços de imoralidade e abjeção, sendo associadas a figuras perigosas, violentas e doentes e insaciáveis sexualmente. É comum a associação de travestis e mulheres trans a pessoas propensas a agressões físicas, furtos e roubos, por serem pessoas incontroláveis e “naturalmente” violentas. Muitos são os relatos de travestis e mulheres trans acerca, por exemplo, de perseguições e violências policiais ao longo da história, como a “Operação Tarântula” (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018), iniciada na década de 1980, mas com efeitos até hoje no Brasil. Júlia Vidal e Ela Castilho (2023, p. 5), em ensaio sobre o encarceramento, afirmam que “na defesa da moral e da ordem pública, a polícia as enquadra em contravenções penais e crimes, como importunação ofensiva ao pudor, perturbação da tranquilidade, ato obsceno, desacato”. Isso associa-se à relação existente entre sua imagem corporal visual e às imagens de controle criadas sobre elas. Para as autoras, “entre as pessoas LGBTQIA+, as travestis são as mais expostas à violência, porque a identidade social delas ‘está inscrita, localizada e percebida no corpo e suas formas’.” (VIDAL; CASTILHO, 2023, p. 5).

As condições sociais de vulnerabilidade a que estão submetidas mulheres trans e travestis, como a baixa escolarização, o baixo índice de empregabilidade, a alta ocupação em trabalhos precarizados (em condições de trabalho, sem seguridade social e de baixa possibilidade de planejamento e pouca provisão de

recursos), a precariedade do acesso a serviços de saúde, o alto índice de rompimento de vínculos familiares e a exposição a violências de terceiros (CARVALHO, 2022) compõem um cenário de forte marginalização desse grupo, legando a elas posições subordinadas em diversas áreas em que se processa e se estrutura a vida.

Essa marginalização e a permanente discriminação quanto a suas existências como seres abjetos e ininteligíveis na lógica cisgênera, constroem a percepção de que o grupo “escolheria” suas próprias condições de vida, invertendo a lógica de uma complexa teia de questões sociais para a culpabilização dos sujeitos.

Serem associadas a comportamentos violentos, todo conjunto de imoralidades e a doenças potencialmente infecciosas constituem alguns dos elementos dessa inversão, contribuindo para a necessidade de afastamento delas. Em uma sociedade cujas normas são cisgêneras e heterossexuais e cujas imagens de controle remetem travestis e mulheres trans à condição de abjeção, o afastamento é a norma.

3 Homens cis negros: força bruta, lascividade e criminalidade

Homens cis negros também são sujeitos suscetíveis de uma série de estereótipos, muitos ligados à dimensão sexual e, quase em sua totalidade, ligados à apresentação visual de seu corpo. As masculinidades negras são atravessadas por imagens de controle ancoradas em estereótipos que legam os homens cis negros a um conjunto de prescrições que transformam as configurações de práticas de gênero, como define Connell (1995a; 1995b) sobre o que seriam masculinidades, ao singular, como se houvesse apenas uma forma de ser homem cis negro, somente “uma masculinidade negra”. Esse é, de certo, um mecanismo pelo qual operam as imagens de controle. Ainda que os sujeitos as subvertam, outros estereótipos recaem sobre eles, formando novas ou reafirmando, por meio da exceção ou do iminente risco de retorno à “natureza”, imagens de controle, que incidem sobre a representação imaginária coletiva do que é ser um homem cis negro.

O gênero, enquanto uma categoria de inteligibilidade do sujeito, é estruturante, mas dinâmico e socioculturalmente delimitado. Outras sociedades e outros períodos históricos compreendiam o gênero de forma diferente do que é compreendido hoje, ainda que a tônica nas sociedades modernas ocidentais tenha sido e/ou seja a divisão binária de gênero. Feminilidades e masculinidades constituem, então, representações dessa inteligibilidade por meio de configurações de práticas, podendo constituírem-se em um sem-número de combinações, embora estereótipos sejam associados à feminilidade ou à masculinidade e ajudem a fomentar o que seria mais legítimo a representantes fêmeas e machos, ou o que seria questionável, a fim de estruturar formas de dominação e controle. Novamente a questão do exercício do poder atrelado ao dispositivo de sexualidade.

Especificamente quanto às masculinidades, Connell (1995a, 1995b) ajudou a compreender os mecanismos de negociação pelos quais ela se processa, seja entre homens em níveis locais, regionais ou globais, seja entre homens e mulheres. Acrescentaríamos, também, negociações entre todos esses sujeitos racialmente interseccionados, ainda que essas sejam mais perceptíveis em nível local e a depender dos valores dos grupos formados interseccionalmente, inclusive quanto à classe, devido à cultura. Não há, portanto, a hegemonia de uma masculinidade, essa posição é disputada conforme variantes como o período histórico, a cultura, classe, valores dentro e fora dos grupos de pares etc. Além de que, sendo uma posição mais virtual que concretamente existente (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), ela é também relativa em comparação entre os grupos e mesmo no interior deles.

Assim, embora a noção de performatividade de gênero (BUTLER, 2010) mostre que ele está em negociação e construção constante, há configurações de práticas colocadas em destaque no conjunto do que se espera para aquelas determinadas masculinidades, comportando-se como recursos de parte do exercício de poder, a partir do convencimento de seu valor. Muito disso está em constante comparação com as feminilidades, inferiorizando-as a fim de supervalorizar tais configurações das masculinidades, desvalorizando quaisquer masculinidades que mais se aproximem das feminilidades. As masculinidades são, então, variantes e variáveis, mas possuem uma espécie de “núcleo

socioculturalmente constituído” entre suas práticas, ainda que em constante negociação para se manter como tal, a partir de estratégias complexas, operacionalizadas no exercício minucioso e dissimulado do poder. E como toda construção social, que se produz, se tensiona, se disputa e se reproduz no tempo e na cultura, é compartilhada e habita o imaginário social coletivo, mesmo para quem a refuta.

Entretanto, as masculinidades, bem como outras configurações de gênero, são compostas por sujeitos atravessados por outras categorias de inteligibilidade, como a raça, por exemplo, como no caso de homens cis negros. Essa intersecção é capaz de alterar as configurações de práticas, seus valores, a representação de gênero e a expectativa do imaginário social coletivo quanto a ela, se não substancialmente, em nuances. Isso porque, o sujeito generificado e racializado compõe uma especificidade.

Os homens cis negros seriam, como defende hooks (2022, p. 33)³, o grupo que mais suportaria “as piores imposições de identidade patriarcal masculina de gênero”. Destituídos de outros recursos de reivindicação de poder social e de autoridade, muitos homens negros suplantariam à reprodução do que a autora considera como “as formas mais fáceis de provar a masculinidade patriarcal”: a violência e a agressividade. E, dentro de sociedades hierarquicamente marcadas por classe e raça, sendo vistos como “naturalmente” violentos, essa forma de reivindicar algum tipo de poder nas relações, os tornaria facilmente estereotipáveis, sobre os quais se constroem percepções sociais negativas. Havendo, então, sobre os homens cis, de masculinidades racializadas, a construção de imagens de controle que congregam esses estereótipos e formam conjunto com expectativas sociais quanto a suas práticas, gostos, estilos de vida e perspectivas de futuro (GIUGLIANI, 2020; MIRANDA, 2024). E essas expectativas não se coadunariam a ideais positivos, representando modelos negativos de uso de seus corpos, que contribuiriam para afastá-los de práticas mais associadas a outras masculinidades, como as de homens brancos, ou de feminilidades, como destinos

³ hooks não nomeia especificamente homens cis ou trans. Depreende-se de sua leitura que ela se refere a homens cis, a norma. Neste texto, mesmo compreende-os enquanto a norma, optou-se por nomeá-los como homens cis, evitando a confusão com masculinidades configuradas por homens trans.

intelectualizados e de expectativas de alcance a certas posições sociais (MIRANDA, 2024). São homens vistos, então, como pouco afeitos aos estudos e pouco capazes de obter sucesso e ascensão social. E, mesmo para aqueles que, de forma desviante, o conseguem, o peso dos estereótipos ainda incide sobre eles, questionando sua “conquista deslegítima” (MIRANDA, 2024).

Essa masculinidade negra, vista como uma identidade única, fixa, os enquadra socialmente em uma imagem de controle de homem que conjuga estereótipos, como: violento, lascivo, forte fisicamente, avesso ao cultivo de atividades do intelecto, mas propenso aos prazeres vulgares do sexo e da bebida, potencialmente criminoso e, por vezes, apesar de parecer contrassenso, preguiçoso (FANON, 2008; BASTIDE; FERNANDES, 2008; GUIMARÃES, 2012; hooks, 2015; 2019; VIGOYA, 2018; MOURA, 2019). Por vezes, persiste um aparente tom elogioso quanto ao corpo do homem cis negro, reconhecendo-o como forte e viril, porém, esses mesmos estereótipos, os enredam nas imagens de controle que funcionam para reproduzirem condições sociais, afastando-os de expectativas outras, como o desenvolvimento da intelectualidade, e tirando sua humanidade (BASTIDE; FERNANDES, 2008).

O poder é disputado e exercido por diversos agentes, de muitos modos e em variadas direções, negociando posições, a partir de mecanismos e elementos também diversificados. O dispositivo de sexualidade abarca essa noção de intensificação do uso do corpo e do discurso do e sobre ele como objeto de prazer e elemento de exercício do poder.

Connell e Messerschmidt (2013) destacam como o uso dos corpos serve de ferramenta para negociar posições nas masculinidades, analisando como homens jovens exploram esse uso a partir de práticas esportivas e de envolvimento sexuais com muitas parceiras, fazendo desse corpo objeto e recurso a ser valorado na disputa pela cambiante posição hegemônica, mesmo que em nível local. Aquilo que se espera enquanto comportamento masculino, intensifica-se para a masculinidade racializada. “Os homens negros são muitas vezes concebidos como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais” (hooks, 2015, p. 679), transformados em corpo para o sexo, para a luta, para o trabalho (PINHO, 2004). Para Mônica Conrado e Alan Ribeiro (2017, p. 89) esse mecanismo contribui para a inferiorização do homem negro, tendo como argumento a noção de verdade

da biologia: “É o negro simbolizando o ‘biológico’: forte, sexo, potente movido por instinto animal”.

A hipersexualização do homem cis negro tem influência direta na menor aderência desse homem a valores intelectuais. Deivison Nkosi (2014, p. 85), ao refletir sobre masculinidades, homens negros e racismo, afirma que “a crença na superioridade corporal do negro é irmã gêmea da crença em sua inferioridade intelectual”. Para o autor, a ideia de racialização tem, na noção de superioridade corporal negra, um dos aspectos mais importantes: “o elogio ao (descomunal, excessivo e animalizado) pênis e/ou desempenho sexual do negro muitas vezes esconde justamente a impossibilidade de reconhecer sua humanidade em outras instâncias da vida”.

Entre outras imagens de controle, cria-se, então, a que visa dominá-lo a partir do aparente reconhecimento de sua “potência” enquanto um corpo demasiadamente erótico. A complexidade dessa estratégia está no fato de que, ao conferir-lhe um poder relativo no campo da sexualidade, o que serviria para atrair mais parcerias sexuais e impor sua condição física vantajosa, o colocando em destaque na economia do sexo, também lhe confere pechas animais, destituindo sua humanidade. De acordo com Collins (2019, p. 138), os estudos negros e a teoria pós-colonial já mostraram como “definir as pessoas de cor como menos humanas, animais ou mais ‘naturais’ nega a subjetividade dos povos africanos e asiáticos e corrobora a economia política de dominação que caracterizou a escravidão, o colonialismo e o neocolonialismo”.

A associação do homem negro como sendo seu pênis e desse pênis como de tamanho e/ou potência descomunal estava já presente nos estudos de Frantz Fanon (2008), denunciando formas de opressão do homem branco sobre o negro. Formas pautadas em lógicas “compradas” e reproduzidas também pelos homens negros (hooks, 2015). Para que os estereótipos se constituam como tal e para que as imagens de controle possam funcionar, é preciso que pares a corroborem, incorporem suas crenças.

A imagem de homem potencialmente violento também é parte dessa estratégia de destituição da humanidade. No Brasil, a própria ciência, através de estudos germinados na Faculdade de Medicina da Bahia (FMBA), localizada na capital com o maior quantitativo de negros do país, as discussões produzidas por

Nina Rodrigues, influenciado pelas teorias lombrosianas, deram importante contribuição a esse imaginário. Ser negro mostrou-se biologicamente um “defeito” natural, visível, indisfarçável e que contém uma semântica com códigos de conduta, uma tendência a práticas sociais e um destino provável.

As forças policiais, bem como o judiciário, continuam flertando com essas ideias. Em uma investigação sobre abordagens policiais, Geová Barros (2012) mostrou como pardos e pretos são priorizados nas ações, e Diana Anunciação, Leny Trad e Tiago Ferreira (2020, p. 4) mostraram que, na segurança pública, o racismo institucional pode ser percebido:

(1) por meio de uma legislação que promove a segregação, e na atuação direta de seus agentes; (2) por omissão, ao reproduzir práticas e instrumentos que inviabilizam a consolidação de uma rede de proteção social, gerando distorções sociorraciais e territoriais; e (3) pela atuação de indivíduos ou grupos movidos por seus próprios preconceitos alarmados pelas condições institucionais favoráveis que viabilizam as violações de direitos, estigmatização e processos discriminatórios.

A cada ano, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* tem mostrado a discrepância racial dos mortos vitimados por ações da polícia. O perfil de homem negro, jovem e de camadas populares tem sido perenemente o perfil do protagonista. Na edição de 2024, ao analisar boletins de ocorrência de mortes resultantes de ação da polícia no Brasil em 2023, foi constatado que 99,3% das vítimas eram homens e 82,7% delas eram negras (FÓRUM, 2024). De acordo com Samira Bueno (2024, p. 68): “Isto significa dizer que a taxa de mortalidade de pessoas negras em intervenções policiais é 289% superior à taxa verificada entre pessoas brancas, na evidência do viés racial nas abordagens e no uso da força das polícias brasileiras.”, com quase a totalidade das vítimas sendo homens. Os homens cis negros são vistos como suspeitos de atos violentos e criminosos, tendo sido cometidos realmente por eles, por outros ou, mesmo, não tendo sido cometidos.

Essa imputação da violência a um único grupo tem servido também para ações e responsabilizações unidirecionais, bem como para arrefecimento de políticas sociais e de segurança pública amplas. Eliane Cavalleiro (2020, p. 24) analisou os efeitos dos estereótipos contra populações negras. Para ela, os estereótipos são “fios condutores para a propagação do preconceito”, e sua

adoção evita “a necessidade de pensar sobre os efeitos das condições sociais, que contribuem para o desajustamento e exclusão de alguns. Os estereótipos impedem a reflexão sobre o mundo real. Seus conteúdos são mecanismos sociais que visam manter o *status quo* de um determinado segmento social”.

As condições sociais a que estão submetidos esses homens, sejam materiais ou simbólicas, a partir das vulnerabilidades enquanto grande parcela da população de camadas populares, com baixas posições em postos de trabalho e renda, baixa escolarização, discriminação pelo racismo nos espaços de sociabilidades, não são levadas em consideração quando se tem como suspeitos homens potencialmente criminosos e violentos. Suas condições corroboram o argumento que as imagens de controle ajudam a fomentar sobre sua “natureza”, reforçando a posição de culpado. Isso justifica ações violentas e interdições contra eles. Seriam os homens cis negros os mais violentos e sobre eles estaria justificada a maior incidência da violência, inclusive estatal, como da polícia, por exemplo.

No Brasil, as relações raciais foram sempre tensionadas e a história de sujeitos negros no país perpassa o processo de escravização e a construção e disseminação de mecanismos de violência contra pessoas negras, que se perpetuam e se atualizam ao longo do tempo, muito com o auxílio das estratégias de produção e compartilhamento das imagens de controle.

4 Considerações finais

O corpo é o suporte material da visualidade dos sujeitos. É a partir dele, de sua apresentação visual, que primeiro se comunica uma impressão. Isso não somente pela imagem visual corporal, sua composição material, mas inclusive desse corpo em movimento, com ações, gestos e comportamentos. A imagem como linguagem. O signo que comunica não é composto, então, somente por referentes, mas também por simbolizações construídas para essa imagem a partir do compartilhamento de significados socioculturais, produzidos e reproduzidos historicamente.

Essa imagem corporal enseja, assim, representações, que, quando feitas acerca de grupos em posições de desvantagens sociais, tendem a ser construídas a partir de conjuntos de estereótipos, que têm como função objetificar os sujeitos,

fornecendo sobre eles características fixas, tidas como naturais e imutáveis, favorecendo sua culpabilização pela posição inferior na estrutura de dominação social. Esses conjuntos compõem perfis de sujeitos, formulando imagens de controle, que os cristalizam no imaginário social coletivo, favorecendo a percepção coletiva do que se é possível esperar do grupo de sujeitos com tal perfil.

As imagens de controle formuladas sobre os corpos de travestis e mulheres trans e de homens cis negros foram analisadas neste artigo por serem elas e eles dois dos grupos em desvantagens sociais sob os quais o peso dos estereótipos e a instituição das imagens de controle produzem e perpetuam efeitos nas interações sociais, funcionando como estratégias importantes de manutenção das posições de dominação sobre eles.

Ambos os grupos têm sobre si imagens de controle criadas a partir de traços corporais e representações construídas no imaginário social coletivo a partir da imagem de seus corpos, sobretudo relacionadas à dimensão sexual, mas também à composição biológica deles. Estratégia que impõe qualidades que os aproximam de objetos de fetiche, de animais ou seres abjetos e de pessoas potencialmente violentas e criminosas, das quais é necessário o afastamento. Sob as travestis e mulheres trans incorre ainda o estereótipo de pessoas doentes sexualmente e imorais e sob os homens cis negros, de portadores de força física assemelhada à de animais. Todo esse conjunto de estereótipos e as imagens de controle que decorrem dele constroem e reforçam a noção de que os sujeitos são tal qual elas definem, sendo, portanto, responsáveis pelas posições sociais em que se encontram e, mais que isso, sendo impossível alterá-las, já que seriam condições constitutivas daqueles sujeitos, estariam postas em sua “natureza”, não produtos de condições germinadas, atualizadas e perpetuadas histórica e socioculturalmente no seio de sociedades hierarquizantes.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, Diana; TRAD, Leny; FERREIRA, Tiago. **“Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, e190271, p. 1-13, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190271>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BARRA, Brígida; GUSMÃO, Úrsula Maria; ARAÚJO, Ana. **Autopercepção vocal de pessoas transexuais**. *Revista CEFAC*, Campinas, v. 22, n. 4, p. 1-9, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20202244819>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BARROS, Geová. **Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 134-155, 2012. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2008.v2.n1.31>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e Negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

BORGET, Vivian; STEFANELLO, Sabrina; SIGNORELLI, Marcos; SANTOS, Deivisson. **"A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, e33036, p. 1-20, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202333036>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BUENO, Samira. **Apesar de reiteradas condenações internacionais em casos de violência policial, mortes decorrentes de intervenções policiais seguem elevadas**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2024, p. 60-69. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 191-219.

CARVALHO, Manuela. **Trajetória escolar de travestis e mulheres trans: escolarização, família, trabalho e perspectiva de futuro profissional**. 2022. 287 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2022. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/6489>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CARVALHO, Mário. **"Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 52, e185211, p. 1-35, 2018. <https://doi.org/10.1590/1809444920100520011>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta; BICALHO, Pedro. **Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização**. *Psicologia*, Brasília, v. 38, n. e. 2, p. 175-191, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995a.

CONNELL, Raewyn. **Políticas da masculinidade**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995b. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, jan/abr. p. 241-282, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 13 set. 2021.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan. **Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate**. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, p. 73-97, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p73>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DURAND, Gilbert. **O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999.

ECO, Umberto. **O signo**. Lisboa: Editorial Presença, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

GIUGLIANI, Beatriz. **Vida que não merece viver: articulações sobre o abandono escolar e masculinidades negras**. *Revista CS, Cali*, v. 31, p. 359-384, 2020. https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/3425/3930. Acesso em: 28 mar. 2023.

GUIMARÃES, Antônio. **Classes, Raças e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

hooks, bell. **Escolarizando homens negros**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 677-689, set./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p677>. Acesso em: 30 mar. 2022.

hooks, bell. **Olhares Negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. São Paulo: Elefante, 2022.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério. **Homofobia nas Escolas: um problema de todos**. In: JUNQUEIRA, Rogério (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECADI/UNESCO, 2009, p. 13-51.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

MIRANDA, Luciana. **Improváveis: trajetórias de homens pretos de camadas populares rumo ao ensino superior**. 2024. 319 p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2024. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/18639>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NKOSI, Deivison. **O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo**. In: BLAY, Eva (Org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 75-104.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2009.

PINHO, Osmundo. **Qual é a identidade do homem negro?** *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, jun./jul. 2004. n. 22, p. 64-69, 2004. [http://www.academia.edu/1420907/Qual %C3%A9 a identidade do homem negro](http://www.academia.edu/1420907/Qual_%C3%A9_a_identidade_do_homem_negro). Acesso em: 06 fev. 2021.

RODRIGUEZ, José. **O universal também está nas margens**. In: BUENO, Winnie. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020, p. 11-17.

SALES, Adriana. **Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades**. 2018. 310 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2018.

SALLES, Leila Maria; SILVA, Joyce; FONSECA, Débora. **Violência e inserção social do jovem de periferia urbana**. *Revista Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 58-68, dez. 2014. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v16n3/05.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

VIDAL, Júlia; CASTILHO, Ela. **Patologização e criminalização de gênero: a experiência de travestis no cárcere**. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. e.

1, e8040, p. 1-10, dez. 2023. <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E18040P>. Acesso em: 18 abr. 2024.

VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.